



CÓD: OP-133AG-23
7908403541287

TRT-SC

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SANTA CATARINA
12ª REGIÃO

450 questões gabaritadas

GABARITANDO

Analista Judiciário- Área Administrativa

Questões Gabaritadas

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	29
3. Legislação.....	37
4. Noções de Direito Constitucional.....	53
5. Noções de Direito Administrativo	71
6. Noções de Administração Pública.....	87
7. Noções de Orçamento Público.....	103
8. Gestão de Pessoas	119

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FCC - ARE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Atenção: Leia o texto a seguir para responder à questão.

Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanas no português brasileiro

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em “Comunidades negras: refúgios de africanas na Colômbia”, podemos entender africanas como a bagagem cultural submergida no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão, que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião, no modo de ser e de ver o mundo, e que, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformou-se e converteu-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990), em sua monografia sobre A influência africana no português do Brasil, trata de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira.

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasiliana, ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão, que vêm em addendum, ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.

Ao lado de Jacques Raimundo, que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, O elemento afro-negro na língua portuguesa, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória nessa importante área de pesquisa, cuja repercussão científica corresponde a menos do que seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa dos africanistas e dos especialistas em estudos “afro-brasileiros” – assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separado por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo afro, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um aparte eventual no processo e não a parte afrobrasileira inscrita em nossa identidade cultural e linguística.

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas.

(Adaptado de: CASTRO, Yeda Pessoa de. Prefácio – Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanas no português brasileiro. In: Mendonça, Renato. A influência africana no Português do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-16)

Observações:

1. *Addendum*: adendo, apêndice.

Considerando a ortografia padrão é correto afirmar:

(A) *Negroafricanas*, diferentemente de *afro-brasileiros*, deve ser escrito sem hífen, tal como aparece no texto.

(B) O modo de escrita dos itens aparte e a parte evidencia, tal como demonstrado no texto, que não há conexões semânticas entre eles.

(C) A grafia da preposição e do pronome em de esse sublinha a função sintática do fragmento que introduzem, tal como em “João alertou para o perigo de o Paulo ser demitido”.

(D) *Iconográfico, resistência e partícipe* têm sua acentuação determinada pela mesma regra.

(E) Ciente de sua função exclusiva na ortografia, a de unir as partes de certas palavras compostas ou derivadas por prefixação, a autora eliminou o traço-de-união, ou hífen, de todo o seu texto.

2. FCC - AJ TRT17/TRT 17/JUDICIÁRIA/“SEM ESPECIALIDADE”/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pronomes pessoais

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

[Vida literária]

Aqueles que fazem versos e já atingiram a idade madura costumam receber cartas de outros que também os fazem, mas estão na casa dos vinte. Parece que esse é um dos prêmios (muito discutíveis) de envelhecer: ser solicitado pelos mais novos a dar opiniões sobre os vagidos do talento. O moço apresenta-se confiante, às vezes entusiástico, sempre respeitoso; o “mestre” responde benévolo, paciente, minucioso, interessado em pormenores biográficos, ocultando sua vaidade sob um verniz de simpatia: “Escreva sempre, meu filho.” A isto se chama vida literária.

Sendo a literatura fenômeno socializante por excelência, contudo permanece fenômeno individual quanto à produção. E eu vos pergunto: pode a experiência do mais idoso servir à hesitação do jovem, dissolvê-la em certeza, encaminhá-la a rumo certo? Haverá utilidade nessa conversa de gerações?

É certo que cinco ou dez anos depois a receita do mais velho foi esquecida e o mestre com ela. Sucede também que após esse lapso de tempo o mestre seja, não esquecido, mas negado. Ataca-se o mestre, descobre-se que ele o não é. Noventa (que digo? cem por cento) de nossas admirações da adolescência resolvem-se em indiferença, vergonha ou desprezo. Na força do adulto, vingase o homem das debilidades do período de crescimento físico e intelectual, negando o que adorara. Os mestres de poesia não escapam a essa contingência, e ao escreverem uma “carta ao jovem poeta” deveriam meditar bem na escolha das palavras e no prazo de validade do sortilégio.

Mas o pessimismo da verificação não deve secar no homem de cinquenta o terno interesse pelo rapaz de vinte. O admirador juvenil é tão autêntico e honesto quanto o lapidador de vinte e cinco ou trinta. Cada idade tem sua moral e sua sensibilidade.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. *Passeios na ilha. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 113-114*)

Eu vos pergunto: pode a experiência do mais velho servir às hesitações do jovem, fazer o jovem superar essas hesitações, convencer o jovem a não mais render culto às hesitações?

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) fazê-lo – convencê-lo – lhes render culto
- (B) fazer-lhe – convencer-lhe – render culto às mesmas
- (C) fazê-lo – lhe convencer – render-lhes culto
- (D) o fazer – o convencer – a render culto
- (E) lhe fazer – lhe convencê-lo – lhe rendê-la culto

3. FCC - AJ TRT23/TRT 23/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pronomes de tratamento

Fim de semana na fazenda

São fazendas do fim do século XIX, não mais. Seus donos ainda estão lá: já não se balançam, é verdade, nas cadeiras austríacas da varanda nem ouvem a partida desse bando de maritacas que se muda para o morro do outro lado da várzea.

Ou talvez ouçam, quem sabe. Mas estão hirtos dentro de suas molduras, nas paredes da sala. Assim, rígidos, pintados a óleo, eles parecem reprovar nossos uísques e nossas conversas. Mas eis que o amigo Mário Cabral toca um samba no velho piano de cauda, e creio que eles gostam, talvez achem uma interessante novidade musical vinda da capital do Império. Depois Mário ataca uma velha música francesa – “Solitude” – e creio bem que vi, ou senti, a senhora viscondessa suspirar de leve.

Ah, senhora viscondessa! Que solidão irremediável não senti dentro de vossas grossas molduras douradas. Olhais para a frente, dura, firme. Lá fora as mangueiras e jabuticabeiras estão floridas, na pompa da manhã. Um beija-flor corta o retângulo da janela no seu voo elétrico e se imobiliza no ar, zunindo. Onde está o senhor visconde?

Ele está em outra parede, também duro, de uniforme e espada. Não olha a esposa. Os dois não se olham. Alguma intriga? Não. Apenas eles estão cansados de estar casados, cansados de estar mortos, cansados de estar pin-

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. FCC - ANA (COPERGÁS)/COPERGÁS/ADMINISTRADOR/2023

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Havia um certo número natural N escrito na lousa. O algarismo das unidades de N foi apagado, restando na lousa um número K . Se $N - K = 2022$, então, K é igual a

- (A) 224.
- (B) 242.
- (C) 264.
- (D) 282.
- (E) 284.

2. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

$$\begin{array}{r} \square + \square = 15 \\ + \quad + \\ \square - \square = 2 \\ \parallel \quad \parallel \\ 17 \quad 16 \end{array}$$

Carlos deve preencher com números os quatro retângulos de modo a tornar todas as sentenças verdadeiras.

A soma dos valores a serem preenchidos é:

- (A) 34
- (B) 32
- (C) 31
- (D) 33
- (E) 35

3. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em uma prova com 20 questões de múltipla escolha, uma questão certa vale 7 pontos, uma questão errada vale -2 pontos e uma questão em branco vale 0 ponto. Clara fez 87 pontos nessa prova. O número de questões que Clara deixou em branco é:

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 7
- (D) 6
- (E) 5

4. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um quadriculado 2×2 é preenchido com números do conjunto $\{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9\}$, sem repetição. Em seguida, os números formados nas linhas e nas colunas são somados. Por exemplo, para o preenchimento do quadriculado abaixo, temos $32 + 01 + 30 + 21 = 84$.

3	2	32
0	1	1
30	21	

Nessas condições, a maior soma possível é:

- (A) 357
- (B) 348
- (C) 396
- (D) 354
- (E) 339

5. FCC - AJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Geraldo perguntou aos seus três filhos, Antonio, Bruno e Carlos, quantas cabeças de gado ele possuía. Antonio disse 2022, Bruno disse 2027 e Carlos disse 2010. Geraldo respondeu que eles erraram por 12, 7 e 5 cabeças, não necessariamente nessa ordem. O número de cabeças de gado que Geraldo possui é:

- (A) 2012
- (B) 2015
- (C) 2017
- (D) 2020
- (E) 2010

6. FCC - TJ TRT9/TRT 9/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Raquel começou a escrever em seu caderno os números inteiros e positivos, 1, 2, 3, ..., e parou quando escreveu o milésimo algarismo.

Os três últimos algarismos que Raquel escreveu foram:

- (A) 6, 9, 3.
- (B) 3, 6, 8.
- (C) 3, 7, 1.
- (D) 7, 0, 3.
- (E) 9, 3, 7.

7. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um prédio possui vários andares, e em cada andar há a mesma quantidade de apartamentos. Se houver k apartamentos por andar, então os apartamentos do 1o andar são numerados de 1 a k , os apartamentos do 2o andar são numerados de $k + 1$ a $2k$ e assim por diante. Se Maria mora no apartamento 18 que está no 3o andar e Bruno mora no apartamento 50 do 7o andar, o número de apartamentos por andar é

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 9.
- (D) 8.
- (E) 5.

8. FCC - FRE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Atenção: A questão refere-se a Raciocínio Lógico- Matemático.

No comitê eleitoral de uma candidata a senadora, foi colocada uma tela em que são reproduzidas, de maneira contínua e sempre na mesma ordem, cinco produções feitas para divulgar a sua campanha. Uma vez iniciada a reprodução, as pessoas podem acompanhar:

1º) um vídeo biográfico da candidata, com as principais realizações de sua trajetória política, com 4 minutos de duração;

2º) um compacto com os melhores momentos da candidata durante sua participação em um debate, com 3 minutos de duração;

3º) uma entrevista concedida pela candidata a um canal de televisão local, com 5 minutos de duração;

4º) um resumo do seu plano de atuação no Senado caso seja eleita, com 4 minutos de duração;

5º) um clipe com a música da campanha da candidata, com 2 minutos de duração.

Ao terminar uma série com as cinco produções, imediatamente inicia-se outra. Após 697 minutos de reprodução, sem qualquer interrupção, a tela estará exibindo

- (A) o vídeo biográfico da candidata.
- (B) o compacto com os melhores momentos do debate.
- (C) a entrevista concedida pela candidata.
- (D) o resumo do seu plano de atuação no Senado.
- (E) o clipe com a música da campanha da candidata.

9. FCC - TJ TRT17/TRT 17/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Ana, André e Abel são trigêmeos e têm um irmão 5 anos mais novo. Das alternativas a seguir, a única que poderia ser a soma das idades dos 4 irmãos é

- (A) 26
- (B) 18
- (C) 22
- (D) 27
- (E) 24

10. FCC - TJ TRT17/TRT 17/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

A diferença entre o menor número de 6 algarismos e o maior número de 4 algarismos é

- (A) 190001
- (B) 90000
- (C) 9001
- (D) 90001
- (E) 109001

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO

1. FCC - AJ TRT17/TRT 17/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que o *conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor é denominado*

- (A) função.
- (B) comissionamento.
- (C) cargo público.
- (D) prestação de serviço público.
- (E) provimento.

2. FCC - AJ TRT17/TRT 17/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

Para os efeitos da Lei nº 8.112/1990 "*a pessoa legalmente investida em cargo público*" é denominada

- (A) agente público.
- (B) servidor.
- (C) ocupante de cargo público.
- (D) funcionário público em exercício.
- (E) titular de cargo público.

3. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

Considere o seguinte histórico, referente a servidor no mesmo município:

- data da publicação do ato de provimento: 10/3/2022.
- data da posse: 20/3/2022.
- data da entrada em exercício: 30/5/2022.

Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, há ilegalidade, uma vez que

(A) a data da posse não tem como referência a data da publicação do ato de provimento.

(B) a posse deve ocorrer no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.

(C) a posse e a entrada em exercício devem ocorrer na mesma data.

(D) a entrada em exercício independe da data da posse.

(E) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

4. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/AGENTE DE POLICIA JUDICIAL/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que, ao entrar em exercício, a aptidão e a capacidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Essa avaliação é definida como

- (A) exercício de cargo probatório.
- (B) interstício probatório.
- (C) tempo probatório.
- (D) estágio probatório.
- (E) teste probatório.

5. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

De acordo com o regime estabelecido pela Lei nº 8.112/1990, caso determinado cargo público seja extinto, ao servidor efetivo estável que esteja ocupando o referido cargo aplica-se o instituto da

(A) disponibilidade, com aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

(B) requisição, podendo ser convocado para desempenhar as mesmas atribuições em órgãos ou entidades de outros poderes, mediante cessão.

(C) readaptação, com participação compulsória em programas de formação ou cursos de capacitação que o habilitem a desempenhar atribuições de maior complexidade.

(D) reversão em extranumerário, podendo optar pela aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

(E) redistribuição, ficando o servidor autorizado a desempenhar as atribuições do cargo de origem em outra lotação, sem acréscimo da remuneração original.

6. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

O ato de provimento de determinado candidato aprovado no concurso público foi publicado em 4/4/2022. O candidato foi nomeado. Houve inspeção médica oficial e o candidato foi julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. A posse ocorreu mediante procuração específica em 20/4/2022. O servidor empossado entrou em exercício em 25/4/2002. No ato da entrada em exercício, o servidor apresentou declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

(A) não há previsão legal para posse mediante procuração específica.

(B) o prazo legal para a posse não foi respeitado.

(C) o prazo legal para a entrada em exercício não foi respeitado.

(D) não há previsão legal de posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

(E) a apresentação da declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública deveria ter sido feita no ato da posse.

7. FCC - TJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

Considere os seguintes itens:

I. Assinatura do respectivo termo.

II. Publicação do ato de provimento.

III. Provimento de cargo por nomeação.

IV. Prévia inspeção médica oficial.

V. Procuração específica.

Consoante o disposto na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é condição para a ocorrência da posse, em qualquer caso, o contido em

(A) I, II E IV, apenas.

(B) III, IV E V, apenas.

(C) I, II, III, IV E V.

(D) I, II, III E IV, apenas.

(E) I, II E V, apenas.

8. FCC - TJ TRT19/TRT 19/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

Débora, servidora pública federal, atuava como enfermeira na rede pública, quando foi aposentada por invalidez, em decorrência de problemas de saúde em sua coluna e joelhos que a incapacitavam para o trabalho. Tempos depois, Débora se submeteu a uma nova perícia, na qual a junta médica oficial constatou que ela "no momento não é portadora de limitação funcional", "apresentando excelente saúde física e mental" e, ainda, "que está apta ao exercício de sua profissão". Nesse caso, poderá ocorrer a

(A) readaptação da servidora.

(B) reversão da aposentadoria.

(C) promoção na carreira.

(D) reintegração ao serviço.

(E) recondução ao cargo.

9. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

O setor de Recursos Humanos de uma Secretaria Municipal de Educação constatou que determinado professor havia apresentado diploma falsificado para a investidura em seu cargo público, ocorrida há 8 anos. Em razão dessa situação, a Administração Pública deverá

(A) promover a cassação do ato de posse do servidor, visto que ele deu causa à situação de irregularidade em sua investidura.

(B) promover a anulação do ato de posse do servidor e de todos os atos que ele tenha praticado desde a sua investidura.

(C) promover a anulação do ato de posse do servidor, mantendo-se os atos que ele praticou que não tenham outros vícios, em prestígio ao princípio da proteção à confiança.

(D) ajuizar ação anulatória da posse do servidor, visto que, dado o tempo transcorrido, há necessidade de provimento judicial para que haja tal invalidação.

(E) arquivar o procedimento, visto que o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FCC - DP (DPE AP)/DPE AP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Aplicação das Normas Constitucionais no Tempo (recepção, reconstituição, desconstitucionalização)

Considerando o tema processo legislativo, a manutenção em vigor de Constituição anterior que, porém, perde a sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum é conhecida como

- (A) desidratação constitucional.
- (B) reconstituição.
- (C) recepção.
- (D) desclassificação constitucional.
- (E) desconstitucionalização.

2. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

- (A) erradicar as desigualdades sociais e regionais.
- (B) reduzir a pobreza e a marginalização.
- (C) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.
- (D) assegurar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

3. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. permitir a livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Está correto o que consta de

- (A) I e III, apenas
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

4. FCC - TM (MPE PB)/MPE PB/SEM ESPECIALIDADE/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em fevereiro de 2023, a Assembleia-Geral da ONU adotou uma resolução que pede o fim da guerra na Ucrânia, ressaltando as consequências humanitárias do conflito, bem como propugnando a retirada das tropas russas do território ucraniano e que a comunidade internacional busque formas de mediar a paz. O voto brasileiro foi favorável à resolução da ONU, o que está de acordo com a Constituição Federal, segundo a qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios de

- (A) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) cidadania e pluralismo político.
- (C) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) defesa da paz e solução pacífica dos conflitos.
- (E) dignidade da pessoa humana, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e universais.

5. FCC - ED SOC (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição brasileira é a Constituição de um país de economia de mercado; de um país capitalista, se se preferir. O sistema econômico capitalista é fundado na desigualdade e dela depende: para que o capitalismo funcione, é preciso que haja o capitalista e o empregado, por exemplo, que sempre estarão em condições desiguais. O Direito pode regular as relações de trabalho de modo a proteger quem é mais vulnerável nessa relação. Isso só faz sentido se o Direito não tiver por fim eliminar a relação

desigual, mas regulá-la, protegendo a parte mais fraca. Assim, a Constituição não é refratária à desigualdade econômica em si.

(Adaptado de: FOLLONI, A.; FLORIANI NETO, A. B. "Desigualdade econômica na Constituição...". Novos Estudos Jurídicos, v. 23, n. 2, maio/ago. 2018, p. 593)

Considerando as informações presentes no texto e o próprio documento da Carta Magna brasileira, entende-se que a Constituição Federal de 1988 regula as relações presentes na sociedade brasileira quando afirma a

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização, em seu artigo 4º.
- (B) redução das desigualdades sociais e regionais, em seu artigo 3º.
- (C) solução pacífica dos conflitos, em seu artigo 4º.
- (D) plena liberdade de associação para fins lícitos, em seu artigo 5º.
- (E) livre expressão da atividade intelectual, em seu artigo 5º.

6. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considere os seguintes itens:

- I.a soberania.
- II.a plenitude de defesa.
- III.o pluralismo político.
- IV.a inviolabilidade do domicílio.

São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

7. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

- (A) Liberdade de expressão.
- (B) Pluralismo político.
- (C) Prevalência dos direitos humanos.
- (D) Liberdade de associação.
- (E) Livre iniciativa.

8. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022
Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, no plano das relações internacionais, a República Federativa do Brasil

- (A) buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (B) defenderá a ação bélica para solução dos conflitos quando determinada por organismo internacional do qual reconhece a jurisdição.
- (C) defenderá a intervenção em outros países para garantir a prevalência dos valores da civilização ocidental judaico-cristã.
- (D) tratará as relações com Estados considerados desenvolvidos de maneira privilegiada.
- (E) não concederá asilo político a cidadãos originários de Estados com os quais não mantém relação diplomática.

9. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I.pluralismo político.
 - II.repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - III.erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
 - IV.independência nacional.
 - V.concessão de asilo político.
- Está correto o que se afirma **APENAS** em
- (A) II, IV e V.
 - (B) I, III e V.
 - (C) II, III e V.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I, II e IV.

10. FCC - AJ TRT23/TRT 23/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Estado Democrático de Direito é formado pela união dos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Em se tratando desses dois últimos fundamentos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa devem ser aplicados ao direito

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Em virtude do princípio constitucional da legalidade que rege a Administração Pública,

- (A) ao administrador faculta-se atuar sem previsão legal, pautando-se apenas pela sua vontade pessoal.
- (B) age lícitamente o administrador que atuar em conformidade com o que estiver previsto no ordenamento jurídico.
- (C) o interesse do particular se sobrepõe ao interesse da Administração quando contrariá-lo.
- (D) pode o administrador emitir, em benefício pessoal, orientação colidente com aquela estabelecida previamente no ordenamento jurídico, mediante justificativa expressa, em processo administrativo.
- (E) a apuração e avaliação da conduta do agente público será delegada ao particular, pois este detém maior capacidade técnica.

2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

- (A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
- (B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
- (C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
- (D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
- (E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

3. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4. FCC - TJ TRT9/TRT 9/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Lei no 13.874/2019 – Lei de Liberdade Econômica – dispõe, em seu artigo 3º, inciso IV, que todas as pessoas, naturais ou jurídicas, têm direito de “receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da Administração Pública quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento”.

Tal disposição é considerada decorrência direta do princípio da

- (A) economicidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) eficiência.
- (D) celeridade.
- (E) publicidade.

5. FCC - ACE (TCE-GO)/TCE GO/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios que regem as atividades da Administração pública, o princípio da

(A) moralidade sobrepõe-se aos demais, porque tem caráter transversal e pode fundamentar medidas judiciais em função de seu descumprimento.

(B) eficiência não encontra expresso amparo constitucional, mas é deduzido pela interpretação sistemática e finalística dos demais princípios de status supra legais.

(C) impessoalidade informa todos os órgãos e pessoas que compõem a estrutura administrativa, impedindo a prévia identificação dos agentes públicos, para evitar constrangimentos e revelação de conflitos de interesses.

(D) publicidade foi alçado à categoria de único princípio absoluto após a edição da Lei de Acesso à Informação.

(E) legalidade apresenta diferentes acepções, dentre elas a circunscrição de matérias reservadas à expressa disciplina por lei formal.

6. FCC - AJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, propiciando-lhes, assim, a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos. Essa definição refere-se ao princípio da

(A) impessoalidade.

(B) legalidade.

(C) moralidade.

(D) publicidade.

(E) eficiência.

7. FCC - TJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Considere a seguinte situação hipotética: O Prefeito de determinado Município e candidato à reeleição permitiu, durante o último mês do período de campanha eleitoral, que fossem publicadas algumas notícias de obras públicas realizadas na sua gestão no sítio eletrônico da Prefeitura, com menção expressa ao seu nome. A situação narrada constitui violação ao princípio da

(A) proporcionalidade.

(B) eficiência.

(C) publicidade.

(D) impessoalidade.

(E) motivação.

8. FCC - TJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Quanto ao princípio da legalidade, a

(A) administração pública pode tudo que não lhe seja vedado por lei.

(B) administração privada somente pode o que lhe é determinado pela lei.

(C) norma é inválida até que decisão judicial a confirme.

(D) administração pública somente pode o que lhe é ordenado pela lei.

(E) norma só é válida se confirmada por decisão judicial ou nova norma que reitere sua legalidade.

9. FCC - ANA (DETRAN AP)/DETRAN AP/GESTÃO EM TRÂNSITO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

São dois princípios constitucionais que regem a Administração Pública:

(A) Legalidade e razoabilidade.

(B) Razoabilidade e impessoalidade.

(C) Moralidade e motivação.

(D) Motivação e legalidade.

(E) Impessoalidade e moralidade.

10. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a obrigação de a Administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios respeitar o princípio da

(A) autotutela.

(B) hierarquia.

(C) moralidade.

(D) proporcionalidade.

(E) liberdade.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. FCC - ANA (COPERGÁS)/COPERGÁS/ADMINISTRADOR/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Organização (Introdução à Administração)

O quadro a seguir apresenta as metáforas das organizações e breves definições.

Metáfora	Breve definição sobre como as organizações são vistas
I. Máquinas	a. Fontes de poder para controlar processos decisórios, lidar com incertezas e administrar as relações entre gêneros.
II. Organismos	b. Sistemas racionais que operam de maneira tão eficiente quanto possível.
III. Cérebros	c. Sistemas abertos nos quais seus empregados contribuem de formas variadas por meio de oportunidades apropriadas.
IV. Culturas	d. Pequenas sociedades com seus próprios padrões distintos de crenças e significados compartilhados.
V. Sistemas políticos	e. Um reflexo da capacidade de processamento de informações.

A correta correlação entre as colunas está expressa em:

- (A) I-b; II-a; III-e; IV-c; V-d.
- (B) I-e; II-b; III-d; IV-a; V-c.
- (C) I-c; II-b; III-a; IV-e; V-d.
- (D) I-b; II-c; III-e; IV-d; V-a.
- (E) I-d; II-c; III-b; IV-a; V-e.

2. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

As funções administrativas que envolvem, respectivamente, o estabelecimento da estrutura formal de autoridade e a análise da forma como a unidade de informação está operando são as de

- (A) organização e comando.
- (B) planejamento e controle.
- (C) organização e controle.
- (D) coordenação e comando.
- (E) planejamento e coordenação.

3. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação no âmbito de uma organização constitui uma das funções inerentes à atuação do administrador, podendo ser exercida por meio de diferentes formas.

Nesse contexto, o mecanismo denominado ajuste espontâneo

- (A) apresenta-se como uma dessas formas, sendo pautado pela comunicação, formal ou informal, entre os responsáveis pelas atividades para obter o equilíbrio entre as quantidades, tempos de produção e direções a serem seguidas.
- (B) configura uma falha de coordenação presente quando o administrador não exerce a função que lhe foi atribuída, propiciando comunicação informal entre os administrados e acomodações indesejáveis nos processos produtivos.
- (C) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, ligando-se à subsequente função de controle e sendo utilizado para fins de ações corretivas dos processos de trabalho.
- (D) constitui uma técnica de coordenação de caráter restrito, cuja aplicação é adequada apenas a organizações mecanicistas, com processos de trabalho e produção pouco complexos.
- (E) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, constituindo uma ferramenta de organização e planejamento comumente utilizada pelos administradores para propiciar o entrosamento da equipe.

4. FCC - AGA (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

No curso da evolução histórica da abordagem relativa às funções do administrador emerge, com os estudos de Koontz e O'Donnel, a importância da atividade de coordenação, a qual apresenta, como um de seus mecanismos,

- (A) o denominado ajuste espontâneo, que se opera a partir de comunicações entre os que são responsáveis por determinadas atividades, sem envolver, necessariamente, subordinação.
- (B) a cadeia escalar, que representa a padronização de atividades a partir do cumprimento de etapas estabelecidas de forma concatenada.
- (C) a autoridade de linha, que não envolve o cumprimento de ordens emitidas por superiores hierárquicos, mas apenas ajustes em relação ao que foi previamente estabelecido na etapa de planejamento.
- (D) a denominada função de staff, que se opera com a centralização de ordens e medidas repressivas, próprias da atividade de coordenação.
- (E) o efeito de Pareto, que gera uma ressonância em toda a organização, a partir de medidas centralizadas de coordenação, evitando redundâncias.

5. FCC - APOG (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação é uma das atividades próprias do administrador no âmbito da estrutura organizacional. Nesse contexto, o fenômeno denominado "ajuste espontâneo"

- (A) está presente apenas em organizações pouco estruturadas, pois, dado o seu caráter informal e empírico, substitui as etapas de direção e comunicação existentes nas organizações formais.
- (B) é próprio da atividade de controle e não propriamente de coordenação, sendo utilizado para realinhar a atuação dos membros da organização aos objetivos estratégicos desta.
- (C) é apontado pela literatura como um desvio na função de coordenação, na medida em que afasta a comunicação e a direção.
- (D) se dá pela comunicação formal ou informal, entre os que são responsáveis pelas atividades na organização, situando-se no âmbito da contribuição voluntária entre eles.
- (E) consiste na função de comando exercida pelo gestor sobre todos aqueles que lhe são subordinados, por meio de comandos diretos aos quais estes devem se ajustar obrigatoriamente.

6. FCC - ANA G (DPE AM)/DPE AM/ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA/ADMINISTRAÇÃO/2018

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

Celso, gestor público em uma Fundação de apoio à pesquisa científica e inovação tecnológica, entre as atividades próprias de administrador que exerce, desempenha aquelas inseridas no âmbito de controle. A atividade que pode ser assim enquadrada é:

- (A) Indução do ajuste espontâneo dos esforços individuais aos objetivos institucionais da Fundação.
- (B) Integração das atividades dos diferentes setores da Fundação, harmonizando a atuação de todos.
- (C) Fixação de diretrizes para atuação da Fundação no curto, médio e longo prazo.
- (D) Análise dos resultados alcançados pela Fundação comparativamente com aqueles fixados em seu planejamento estratégico.
- (E) Diagnóstico interno das competências disponíveis na Fundação e sua adequação aos desafios do cenário externo em que atua.

7. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2018

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

Quando o administrador atua corrigindo a atuação de seus subordinados, objetivando o atingimento das metas estabelecidas, está desempenhando uma das funções próprias de administrar, correspondente

- (A) ao controle.
- (B) à indução.
- (C) ao planejamento.
- (D) à coordenação.
- (E) ao ajuste espontâneo.

8. FCC - ANA LEG (ALESE)/ALESE/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/BIBLIOTECONOMIA/2018 Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

Sobre as funções administrativas, considere:

- I. Uma função administrativa não é uma entidade separada, mas uma parte integral de uma entidade maior formada de várias funções que estão relacionadas umas com as outras, bem como com a entidade maior.
- II. Cada uma das funções administrativas repercute na seguinte, determinando o seu desenvolvimento.

Ocorre que

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) I e II estão corretas.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

1. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Princípios Orçamentários

A respeito dos princípios aplicáveis ao Orçamento Público,

(A) o Plano Plurianual constitui uma exceção ao princípio da anualidade, eis que contempla créditos orçamentários com vigência para dois exercícios, prorrogável por igual período.

(B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é expressão do princípio da unicidade, eis que editada conjuntamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA), integrando-a como anexo obrigatório.

(C) em observância ao princípio da especificação, são vedadas dotações genéricas ou globais, o que não afasta a previsão na Lei Orçamentária de reserva de contingência, consistente em um percentual sobre a receita corrente líquida.

(D) o princípio do equilíbrio veda a possibilidade de encerramento da execução anual com déficit orçamentário ou financeiro, obrigando, em tal situação, a abertura de créditos extraordinários.

(E) o princípio da anualidade impede que as despesas empenhadas e liquidadas em um exercício sejam pagas em exercício subsequente na forma de restos a pagar, os quais devem ser cancelados até o primeiro quadrimestre do exercício subsequente.

2. FCC - AFTE (SEFAZ PE)/SEFAZ PE/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Princípios Orçamentários

São princípios orçamentários específicos ou setoriais:

(A) legalidade orçamentária, exclusividade, universalidade e sinceridade orçamentária.

(B) vinculação de receitas, sinceridade orçamentária, exclusividade e transparência.

(C) legalidade orçamentária, exclusividade, vinculação de receitas e transparência.

(D) federalismo, unidade, universalidade e sustentabilidade orçamentária.

(E) sinceridade orçamentária, federalismo, legalidade orçamentária e anualidade.

3. FCC - AJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Princípios Orçamentários

Nos termos previstos na Lei nº 4.320/1964, a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, destinadas

(A) à celebração de convênios com outros entes públicos.

(B) a atender a insuficiência de caixa.

(C) à celebração de parcerias com entidades da iniciativa privada sem fins lucrativos.

(D) à criação de autarquias ou fundações públicas.

(E) a custear a realização de concursos públicos para provimentos de cargos efetivos.

4. FCC - AJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Princípios Orçamentários

O princípio do orçamento bruto determina a inclusão de receitas e despesas

(A) sem deduções ou compensações.

(B) a cada exercício fiscal novamente na Lei Orçamentária.

(C) todos em uma única Lei Orçamentária Anual.

(D) por seus valores líquidos.

(E) conforme originalmente rascunhadas por cada unidade orçamentária.

5. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Princípios Orçamentários

Dentre os princípios orçamentários, o princípio da unidade ou da totalidade determina que

- (A) a lei orçamentária anual não poderá conter previsões estranhas à previsão de receita e despesa, devendo centrar-se unicamente nestes aspectos.
- (B) o orçamento deve ser elaborado com vigência de um ano, limitado a apenas um exercício financeiro.
- (C) as despesas e orçamentos devem ser previstos no orçamento em um modelo único, o de valores brutos.
- (D) cada ente federado deve possuir apenas um orçamento que consolide todas as receitas e despesas da Administração Pública daquele ente.
- (E) as previsões de despesas devem atender a um único modelo, que facilite a fiscalização do Poder Legislativo e outros órgãos de controle.

6. FCC - DP SP/DPE SP/2023

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Sobre o orçamento da Defensoria Pública,

- (A) o controle da execução orçamentária compreende a fidelidade funcional dos agentes da administração, ainda que não responsáveis por bens e valores públicos, visto que o Tribunal de Contas realiza tal controle, motivo por que os atos são dotados de efeito produtivo.
- (B) o chefe do Poder Executivo estadual, de forma unilateral, pode reduzir a proposta orçamentária da Defensoria Pública quando essa é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (C) a fixação de limite para a proposta de orçamento a ser enviada pela Defensoria Pública, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pode ser feita sem a participação da instituição.
- (D) à Defensoria Pública Estadual compete elaborar e apresentar sua proposta orçamentária, a qual está condicionada a obedecer a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), devendo ser encaminhada em conformidade com a diretriz prevista na Constituição Federal.
- (E) o controle da execução orçamentária compreende o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de convênios de prestação de assistência jurídica suplementar.

7. FCC - AJ TRT9/TRT 9/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

O anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na Lei Orçamentária Anual para a continuidade daqueles em andamento, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, integrará

- (A) o relatório de gestão fiscal.
- (B) o orçamento de investimento.
- (C) o orçamento da seguridade social.
- (D) a lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) o plano plurianual.

8. FCC - AJ TRT23/TRT 23/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Constituição Federal de 1988, deve

- (A) conter, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação do Orçamento Fiscal com os objetivos e metas constantes no Anexo de Riscos Fiscais.
- (B) estabelecer as normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
- (C) dispor sobre critérios para a execução equitativa, bem como os procedimentos que devem ser adotados quando houver impedimentos legais e técnicos.
- (D) avaliar a situação patrimonial das empresas públicas independentes e estabelecer medidas de recuperação, quando estas forem necessárias.
- (E) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

9. FCC - AJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

É conteúdo obrigatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos da legislação em vigor

- (A) o demonstrativo regionalizado de efeitos das renúncias de receitas.
- (B) o anexo com previsão de agregados fiscais.

GESTÃO DE PESSOAS

GESTÃO DE PESSOAS

1. FCC - APOG (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Planejamento e Estratégia no Setor Público

Para que as políticas públicas alcancem seus objetivos em uma sociedade é preciso: sujeitos políticos com capacidade para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, além de negociar de forma democrática com os diferentes sujeitos envolvidos no processo. Envolve habilidades para gerenciar complexidades e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo. Nesse sentido, a eficácia das políticas públicas depende

- (A) da ampla divulgação de tudo que diz respeito à Administração pública, buscando a imparcialidade e a neutralidade, sempre no interesse da coletividade.
- (B) de padrões éticos como a lealdade, a honestidade, a boa fé e a probidade, que representam os valores materiais eleitos pela própria sociedade.
- (C) dos sistemas ou subprocessos da implementação, quais sejam: gerencial, decisório, logísticos e operacionais, bem como dos processos de divulgação, informação, seleção e capacitação.
- (D) da relação imediata entre quantidades e/ou os níveis de qualidade com que se atingem os impactos e efeitos esperados.
- (E) do grau de eficiência da gestão, que implica não apenas a qualidade dos gestores para exercer seu ofício público, mas também um ambiente de atuação que favoreça a governança democrática e a responsabilização política

2. FCC - AJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Uma organização dotada de uma estrutura do tipo matricial possui como característica a existência de órgãos

- (A) dotados de autonomia executiva, porém sem autonomia para apuração de resultados, esta que somente está presente na estrutura funcional.

(B) de existência limitada no tempo, vinculada a projetos, além dos órgãos de apoio funcional, estes últimos de natureza permanente.

(C) centrais, responsáveis pela execução de projetos e dotados de natureza permanente, e os de assessoramento, que possuem natureza transitória.

(D) alocados na estrutura sob o critério de departamentalização funcional por produtos, sem especialização de atribuições.

(E) sujeitos a uma administração centralizada, dotados de baixa autonomia, ao contrário da estrutura divisional na qual operam como centros de resultados.

3. FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Considere:

I.A organização que implementa os departamentos de recursos humanos, jurídico e de finanças para o seu funcionamento, adota o critério de departamentalização funcional.

II.A estrutura de uma organização será horizontal quando estiver assentada em diversos e bem delimitados níveis hierárquicos.

III.A departamentalização por projetos funda-se em atividades permanentes desenvolvidas por determinada organização.

Está correto o que consta de

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

4. FCC - ASS LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2020

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

A descentralização político-administrativa é inerente ao modelo de Estado democrático de direito e condição essencial à melhoria das suas instituições democráticas.

Nesse contexto de descentralização, as políticas públicas caracterizam-se por

- (A) serem definidas segundo os diferentes perfis produtivos e vocacionais de cada local.
- (B) definirem modelos genéricos que atinjam todo o território nacional.
- (C) adotarem um modelo vertical para criação de oportunidades para iniciativas e empreendimentos locais.
- (D) introduzirem o pensamento de uma economia formada por setores e promover essa visão no planejamento nacional.
- (E) eliminarem a participação do Estado nas decisões e delegá-las à iniciativa privada.

5. FCC - ASS LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2020

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Considere a tabela abaixo, que apresenta alguns tipos de departamentalização e suas principais desvantagens:

Coluna 1	Tipos	Coluna 2	Desvantagens
I	Serviço	X	Descontinuidade e imprevisibilidade quanto à permanência das pessoas.
II	Processo	Y	Pouca cooperação interdepartamental.
III	Projeto	Z	Enfatiza coordenação em detrimento da especialização.
IV	Funcional	W	Pouca flexibilidade e adaptação às mudanças.

A relação entre as colunas 1 e 2 está expressa, correta e respectivamente, em:

- (A) I-Y; II-W; III-Z; IV-X.
- (B) I-W; II-Z; III-Y; IV-X.
- (C) I-Z; II-W; III-X; IV-Y.
- (D) I-Z; II-X; III-W; IV-Y.
- (E) I-W; II-X; III-Z; IV-Y.

6. FCC - AUX LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/AUXILIAR OPERACIONAL/2020

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

A estrutura organizacional que combina as vantagens da especialização funcional com o foco e responsabilidades da departamentalização do produto, ou divisional, é conhecida como estrutura

- (A) Baseada em projetos.
- (B) Linear.
- (C) Linha-Staff.
- (D) Sequencial.
- (E) Matricial.

7. FCC - AUD FISC (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Entre os tipos de estrutura organizacional apontadas correntemente pela literatura, destaca-se a denominada divisional, a qual

- (A) é estruturada a partir e em função de projetos, contando, assim, com estruturas transitórias e com alto grau de flexibilidade para realocação de atividades e de pessoal.
- (B) se diferencia da estrutura funcional em face da divisão de trabalho por tarefas e não por setores, substituindo o organograma pelo fluxograma.
- (C) é caracterizada pela criação de unidades denominadas centros de resultados, que operam com relativa autonomia, inclusive apurando lucros ou prejuízos para cada uma delas.